

Mulheres, cidades e territórios – Isabel Romão

30 de setembro 2016

Mulheres e homens continuam a ter um acesso desigual aos recursos, ao poder e ao pleno exercício dos seus direitos. Embora a lei consagre a igualdade, as desigualdades são alimentadas pelos estereótipos de género que marcam os costumes e as práticas sociais, frequentemente em detrimento das mulheres, perpetuando as discriminações de que são objeto, a sua invisibilidade e as relações hierarquizadas de poder entre mulheres e homens. São também limitadores das mudanças necessárias à construção da igualdade de género com particular reflexo nos fatores que determinam a qualidade das suas vidas nas cidades e territórios.

As mulheres continuam a enfrentar um conjunto de obstáculos específicos: desigualdade de género, violência contra as mulheres, insegurança, menores rendimentos, trabalho não remunerado associado à prestação de cuidados, maior dificuldade de articulação dos tempos de vida, menor controlo sobre bens e propriedades, menor acesso à habitação, à educação, à formação, aos serviços, que se traduzem em maiores níveis de pobreza, e que se encontram conjugados com uma menor participação na governança local.

Esses obstáculos assumem ainda contornos distintos ao longo do ciclo de vida e podem ser agravados por outros elementos de diferenciação social que estão na origem de outras bases de discriminação que crescem e se acumulam com a discriminação das mulheres com base no sexo e no género, como a etnia, a religião ou crença, a cultura, a saúde/deficiência, o estado, rendimentos,

trabalho pago e trabalho não pago, competências, idade, orientação sexual e identidade de gênero etc. que, frequentemente, têm efeitos muito significativos e duradouros e que apenas são percebíveis se a questão for analisada com os olhares múltiplos que uma abordagem interseccional possibilita.

As mulheres jovens e as mulheres idosas enfrentam uma dupla discriminação por causa da sua idade e do seu sexo, e figuram muitas vezes entre aqueles que vivem com os mais altos níveis de pobreza e marginalização nos meios urbanos. Enfrentam, para além do mais, desafios relacionados com a sua segurança e mobilidade e com o acesso a serviços ajustados às suas necessidades. A maioria das famílias monoparentais são chefiadas por mulheres e também a maioria da população idosa que vive só é constituída por mulheres.

Nas cidades e territórios as mulheres enfrentam obstáculos tais como:

As dificuldades de deslocação. A insuficiência de transportes públicos e a desadequação dos seus horários e percursos, porque com frequência os transportes têm apenas em conta os horários e percursos entre a casa e os locais de trabalho, esquecendo as outras dimensões da vida da maioria das mulheres; a desadequação dos transportes às suas necessidades ao longo do ciclo de vida; o investimento em estradas que conduzem a mega infraestruturas descentralizadas, em detrimento dos transportes, todos estes fatores constituem entraves à mobilidade das mulheres e, assim sendo, dificultam o seu acesso aos serviços, ao lazer, ao exercício da cidadania podendo potenciar o isolamento e a exclusão.

A violência de que as mulheres são as principais vítimas, incluindo a falta de segurança constitui um sério obstáculo à igualdade entre mulheres e homens. O receio real ou potencial de serem vítimas de agressão limita a mobilidade das mulheres, o seu acesso ao espaço público e o seu direito de participar plena e livremente enquanto cidadãs nas suas comunidades. A ausência de planeamento estratégico no que respeita aos percursos urbanos, a má iluminação das ruas e passagens subterrâneas isoladas podem colocar as mulheres em maior risco de violência e abuso sexual nos espaços públicos. A segurança das mulheres implica políticas, estratégias e práticas destinadas a reduzir a violência contra as mulheres e a violência de género, incluindo a vulnerabilidade das mulheres à criminalidade.

A falta de infraestruturas de apoio às famílias ou a sua desadequação às necessidades das pessoas, nomeadamente no que se refere às infraestruturas de guarda de crianças e de prestação de cuidados a idosos/as e a dependentes tem reflexos significativos no quotidiano das mulheres, nomeadamente sobre o uso do seu tempo, agravando o tempo que dedicam ao trabalho não remunerado, diminuindo o tempo de que dispõem para se envolver noutras esferas da sua vida, contribuindo para a perpetuação dos estereótipos de género que estão da base das discriminações e da desigualdade de género.

O planeamento das cidades e dos territórios leva ainda pouco em conta os obstáculos que as mulheres encontram no desempenho dos seus diversos papéis sociais que se sobrepõem e são marcados por relações hierárquicas de género.

A divisão espacial em zonas sectoriais - zonas de trabalho, de residência, de lazer, de educação, de serviços, de comércio e outras dificulta o cumprimento da multiplicidade de compromissos que sobre elas recaem em particular. O **planeamento** alheio às necessidades das populações, decorrentes de fatores culturais, económicos, sociais e culturais, bem como à diversidade das estruturas familiares é potenciador de disfunções, nomeadamente de isolamento, e de tensões sociais.

As desigualdades enfrentadas pelas mulheres urbanas são particularmente significativas nos bairros degradados. As mulheres vivem em situações de maior vulnerabilidade quando são confrontadas com um nível particularmente elevado de pobreza e violência, e quando têm dificuldades de acesso à habitação, aos sistemas de educação, de saúde e a serviços básicos, como a água e o saneamento.

Habitações desenhadas de acordo com o modelo tradicional de repartição de papéis entre mulheres e homens e espaços públicos planeados e construídos sem levar em conta as realidades, as necessidades e prioridades dos vários grupos de mulheres nos bairros, nas cidades e nos territórios; a distância a que se encontram os diversos serviços públicos, bem como o seu número e qualidade – sabemos que muitos serviços só se encontram abertos durante os horários de trabalho - dificultam a articulação dos tempos de vida das mulheres, limitam o seu acesso ao trabalho remunerado, aos recursos e o seu exercício da cidadania.

A degradação do ambiente frequentemente associada à poluição das terras, do ar e da água, ao aumento do desemprego e da violência e à diminuição dos recursos, **afeta particularmente as mulheres** porque é geradora de crises e retrocessos que afetam a qualidade das suas vidas. A qualidade do ambiente constitui um fator decisivo para o desenvolvimento duradouro das cidades e territórios.

O difícil acesso ao lazer, ao desporto, à cultura, determinado por muitos dos fatores já enunciados.

A igualdade entre mulheres e homens, a igualdade de oportunidades, as condições de vida urbana e o desenvolvimento sustentável estão intrinsecamente ligados. No processo de rápida urbanização, que vivemos atualmente, a não integração plena da dimensão da igualdade entre mulheres e homens no planeamento urbano, na legislação, nas finanças e no desenvolvimento económico dificulta o desenvolvimento inclusivo das cidades, bem como a plena integração das mulheres na sua vida económica, social, política e cultural e impede o desenvolvimento de cidades mais justas.

Assim sendo, a **governança no plano local deve ser sensível ao género, integrar a dimensão da igualdade entre mulheres e homens em todas as políticas e recorrer a uma abordagem interseccional**, tendo em mente o quotidiano das pessoas e as necessidades e prioridades das cidadãs e cidadãos, apoiando-se na sua participação. Precisamos de construir e tornar efetivo o direito das mulheres às cidades e aos territórios.

As condições de vida no plano local determinam fortemente o quotidiano dos seus/suas habitantes e, em particular, a vida das mulheres que assumem tradicionalmente uma dupla jornada de trabalho, o que as torna mais dependentes das prioridades definidas e da orientação das opções políticas.

A construção da igualdade assume um caráter privilegiado à escala local e regional, dado que estes níveis estão ligados, por excelência, ao exercício da cidadania e que o sexo do decisor tem um papel determinante. Prioridades e decisões de grande importância nas áreas política, orçamental, cívica, social, económica e cultural são tomadas por uma maioria de homens persuadidos de estar a trabalhar no interesse de toda a população e tendem a não refletir as necessidades e a visão das mulheres, frequentemente ausentes dos postos de tomada de decisão. Elas são de facto minoritárias nos mais variados níveis e instâncias de tomada de decisão relacionados com o planeamento e gestão das cidades, do habitat e do território. Estas decisões estão no cerne das opções que determinarão a qualidade das suas vidas e são elas, principalmente, quem sofrerão as consequências das disfunções decorrentes dessa exclusão.

Importa assim caminhar no sentido de aumentar e melhorar a representação e a participação ativa e significativa das mulheres em toda a sua diversidade na tomada de decisão e no desenvolvimento de políticas a todos os níveis da governança nas cidades e no ordenamento do território.

As mulheres podem e devem desempenhar um papel nos processos de mudança para a melhoria da qualidade de vida de todos e todas.

Uma melhor colaboração entre as instituições democráticas locais e a sociedade civil é essencial para o empoderamento das mulheres.

Neste painel pretendemos dar a conhecer práticas positivas de tomada em consideração dos Direitos Humanos das Mulheres e de integração da dimensão da igualdade entre mulheres e homens aplicadas nas cidades, territórios e espaços públicos.

Temos connosco quatro oradoras [Chris Blache](#) – Coordenadora da organização “[Genre et ville](#)”, [Margarida Queirós](#) – Coordenadora do projeto [GENMOB](#), Cláudia Costa Santos – Presidente da Seção Norte da Ordem dos Arquitetos e Filipa **Roseta** que nos falará de uma iniciativa recente e inovadora, **o Museu das Mulheres**.

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, Dra. Carla Madeira, a quem muito agradecemos o acolhimento deste Seminário juntar-se-á a nós para uma intervenção de boas vindas.

Cada oradora disporá de 20 minutos para a sua apresentação, na sequência da qual reservaremos um período para questões dirigidas à oradora.